

## **Entre grades e direitos: quando a universidade aprende a entrar na prisão<sup>1</sup>**

Rodrigo Martins Azevedo<sup>2</sup>

Universidade Federal do Maranhão

**Palavras-chave:** prisão; ensino superior; etnografia; universidade.

### **ENTRE A UNIVERSIDADE E A PRISÃO**

#### **— A UEMA é de graça?**

Essa era quase sempre a primeira pergunta.

Durante os três fins de semana que antecederam o encerramento das inscrições do Programa de Formação Superior para Pessoas Privadas de Liberdade (PROPPL), ocupamos a entrada do Complexo Penitenciário de São Luís distribuindo panfletos e conversando com familiares de pessoas presas. Aos sábados chegávamos no início da tarde, pouco antes do horário das visitas. Aos domingos, antes das oito horas da manhã, os primeiros bancos de concreto diante do principal portão já estavam ocupados. Mulheres organizavam cuidadosamente alimentos em sacolas transparentes; algumas crianças corriam entre os carros estacionados; vendedores ambulantes ofereciam café e água enquanto todos aguardavam a abertura da entrada.

Nossa presença despertava curiosidade. Algumas pessoas imaginavam que pertencíamos a alguma igreja. Outras acreditavam que oferecíamos atendimento jurídico ou assistência social. A presença de grupos religiosos naquele espaço faz parte da rotina das visitas. A presença da universidade, ao contrário, parecia deslocada.

Quando explicávamos que representávamos a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e que estávamos divulgando um curso superior destinado a pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, as perguntas rapidamente se multiplicavam.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Assistente da coordenação na secretaria do PROPPL-UEMA.

— É faculdade mesmo?

— Quem saiu da cadeia também pode estudar?

— Precisa pagar alguma coisa?

— Meu filho ainda está preso. Ele pode fazer?

As dúvidas raramente diziam respeito ao conteúdo do curso. Antes de saberem o que seria ensinado, aquelas pessoas buscavam compreender se a universidade pública poderia, de fato, fazer parte de suas trajetórias. Em poucos minutos de conversa tornava-se evidente que distribuir um edital significava muito mais do que divulgar um processo seletivo. Antes de apresentar um curso, era necessário tornar a própria universidade imaginável para sujeitos historicamente afastados dela.

Foi somente naquele momento que comecei a compreender a dimensão do trabalho que vínhamos realizando havia meses. Até então, eu entendia minha participação como parte da implementação de uma política pública de acesso ao ensino superior. Na porta da prisão, entretanto, percebi que nosso trabalho consistia em algo mais elementar: produzir as condições para que o direito à educação superior pudesse existir concretamente.

Este artigo nasce dessa experiência.

Mais do que discutir os resultados do PROPPL, proponho acompanhar etnograficamente sua implementação. Interessa-me observar o conjunto de negociações, traduções institucionais e pequenas práticas cotidianas que tornaram possível a criação do primeiro curso de graduação ofertado integralmente no interior de uma unidade prisional brasileira. Em vez de tomar a política pública como um objeto acabado, procuro descrevê-la em seu processo de fabricação, acompanhando os deslocamentos necessários para aproximar universidade, sistema prisional, Poder Judiciário, estudantes, familiares e servidores públicos.

Minha inserção nesse campo não ocorreu apenas como pesquisador. Em dezembro de 2024 comecei a atuar como assistente da coordenação do PROPPL, acompanhando reuniões institucionais, elaboração do edital, estratégias de divulgação, inscrições, matrículas e os primeiros meses de funcionamento das duas turmas. Essa posição me permitiu observar menos os efeitos da política e mais o trabalho cotidiano necessário para que ela pudesse existir.

Ao longo desse percurso, tornou-se inegável que implementar um programa de ensino superior para pessoas privadas de liberdade significava muito mais do que criar vagas. Exige produzir articulações entre instituições que operam segundo lógicas distintas, construir formas de comunicação com estudantes cujas trajetórias dificilmente cruzavam os canais tradicionais da universidade e reinventar procedimentos administrativos concebidos para um público muito diferente daquele que o programa pretendia alcançar.

É justamente esse processo que busco descrever.

### **Fazer a universidade chegar**

Embora as aulas tenham começado apenas no segundo semestre de 2025, o programa começou a ser construído muito antes da chegada dos estudantes. Sua origem remonta ao Projeto Outra Visão, coordenado por Karina Biondi na Universidade Estadual do Maranhão, iniciativa que desde 2019 aproximava universidade e cárcere por meio de projetos de pesquisa e extensão. A proposta de criação de um curso superior integral em uma unidade prisional surgiu como desdobramento dessa trajetória, mas sua concretização dependeria de um longo percurso institucional.

Conheci o projeto em agosto de 2024, quando Karina Biondi me convidou para integrar uma equipe que, naquele momento, existia apenas no papel. Não havia secretaria, sala, equipamentos ou cronograma definido. O programa já havia sido aprovado internamente pela universidade, mas permanecia suspenso enquanto aguardava sucessivas autorizações administrativas e jurídicas. As conversas iniciais raramente tratavam de disciplinas ou projetos pedagógicos. Falávamos, sobretudo, sobre termos de cooperação, pareceres, minutas, assinaturas e negociações entre diferentes órgãos públicos.

Durante meses acompanhei esse movimento de espera. Em diferentes ocasiões perguntava à Karina sobre o andamento do processo e quase sempre recebia respostas semelhantes: o projeto havia seguido para outro setor, aguardava manifestação de determinado órgão ou permanecia sobre a mesa de alguma autoridade responsável pela assinatura seguinte. Aos poucos fui percebendo que políticas públicas não se deslocam como ideias abstratas. Elas percorrem gabinetes, acumulam pareceres, produzem novas exigências e adquirem formas distintas à medida que transitam entre instituições.

Uma das reuniões realizadas com representantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) tornou essa dinâmica particularmente visível. A discussão concentrou-se durante longo tempo em torno da definição de quem poderia ser considerado egresso do sistema prisional. Enquanto a universidade trabalhava com uma delimitação temporal ligada ao período posterior ao cumprimento da pena, a administração penitenciária compreendia como egresso qualquer pessoa que houvesse recebido matrícula no sistema. A divergência parecia inicialmente apenas terminológica, mas produzia efeitos concretos sobre quem poderia disputar as vagas oferecidas pelo programa.

Naquele momento compreendi que construir uma política pública significava também produzir categorias compartilhadas entre instituições que organizavam o mundo de maneiras diferentes. Antes de selecionar estudantes, era preciso construir uma linguagem comum que permitisse à universidade e ao sistema prisional reconhecerem o mesmo público.

Essa experiência deslocou minha própria compreensão sobre o funcionamento das burocracias. Em vez de obstáculos externos à política, pareceres, assinaturas, reuniões e negociações constituíam a própria forma pela qual o programa ia sendo produzido. O PROPPL não existia antes dessas mediações; ele tomava forma justamente por meio delas.

### **Aprender a produzir acesso**

A assinatura do termo de cooperação entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a SEAP permitiu que o programa finalmente deixasse o plano das negociações e passasse a existir como uma política pública concreta. Em maio de 2025 o edital foi publicado prevendo a oferta de sessenta vagas para o curso de Serviço Social, distribuídas em duas turmas: uma destinada às mulheres privadas de liberdade na Unidade Prisional de Ressocialização Feminina (UPFEM) e outra voltada a pessoas egressas do sistema prisional, cujas aulas ocorreriam em um prédio da universidade localizado no centro histórico de São Luís.

A escolha do curso não foi casual. Resultava tanto das conversas mantidas pela coordenação do programa com a administração penitenciária quanto das demandas que Karina Biondi vinha escutando durante suas pesquisas na unidade feminina. Também a localização da turma externa fazia parte dessa preocupação. Em vez do campus principal da

universidade, optou-se pelo prédio do curso de História, situado próximo ao terminal de integração de transporte coletivo, facilitando o deslocamento dos\das futuros estudantes.

Com o edital publicado, imaginávamos que a etapa mais difícil havia terminado. Rapidamente percebemos que o trabalho apenas mudara de forma.

Os mecanismos habituais de divulgação utilizados pela universidade revelaram-se insuficientes para alcançar o público que pretendíamos atingir. A publicação do edital nas redes sociais institucionais produziu repercussões inesperadas. Entre mensagens de apoio, multiplicaram-se comentários que questionavam a legitimidade da iniciativa, afirmando que pessoas presas não deveriam acessar a universidade pública. Mais do que manifestações isoladas de preconceito, aquelas reações evidenciavam disputas em torno de quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo de direitos<sup>3</sup>.

Enquanto parte do debate acontecia nas redes sociais, precisávamos construir outras formas de circulação da informação. O edital precisava chegar a pessoas cujas trajetórias dificilmente cruzavam os canais tradicionais de divulgação universitária.

Nossa primeira ação ocorreu na UPFEM.

Na tarde marcada para a visita, percorremos aproximadamente vinte quilômetros entre a universidade e o complexo penitenciário. Para quase toda a equipe aquela era a primeira entrada em uma unidade prisional. Fomos recebidos por servidoras responsáveis pelo setor educacional e conduzidos até um auditório localizado próximo à portaria interna da unidade, distante das galerias onde ficam as celas. Aos poucos, quarenta e cinco mulheres que possuíam ensino médio completo ocuparam as cadeiras do espaço.

A coordenadora adjunta do programa apresentou a proposta do curso, explicou como funcionava uma graduação presencial e descreveu as formas de ingresso previstas no edital. Em seguida distribuímos fichas contendo as informações necessárias para posterior preenchimento da inscrição eletrônica. Dividimo-nos entre as fileiras para auxiliar individualmente cada candidata.

---

<sup>3</sup> Para acessar uma nota produzida pela UEMA em sua rede social:  
[https://www.instagram.com/p/DKHwEYoREbF/?img\\_index=4](https://www.instagram.com/p/DKHwEYoREbF/?img_index=4).

A maior parte das dúvidas não dizia respeito ao vestibular ou às disciplinas. Muitas mulheres perguntavam sobre documentos, certificados escolares, formas de comprovação da escolaridade e funcionamento das aulas. Algumas queriam compreender se conseguiriam concluir o curso caso obtivessem liberdade antes da formatura. Outras perguntavam se haveria continuidade dos estudos fora da prisão.

Ao final da atividade, apenas duas mulheres manifestaram que não pretendiam participar do processo seletivo. Uma já possuía graduação em Serviço Social. A outra aguardava a expedição de seu alvará de soltura e acreditava que retornaria ao município de origem antes do início das aulas.

Enquanto recolhíamos as fichas, algumas internas aproximaram-se discretamente da equipe.

Perguntaram se voltaríamos.

Disseram que tinham receio de perder a oportunidade porque dependiam da intermediação da equipe pedagógica para realizar a inscrição eletrônica e reunir os documentos exigidos pelo edital. Explicaram que nem sempre conseguiam acesso à pedagoga responsável e temiam que o prazo terminasse antes da conclusão do procedimento.

Aquela conversa alterou completamente nossa percepção sobre o processo seletivo.

Até então, imaginávamos que nosso principal desafio seria convencer mulheres privadas de liberdade a ingressarem no ensino superior. Descobríamos, naquele momento, que o interesse já existia. O problema era outro: construir as condições materiais para que esse interesse pudesse transformar-se em inscrição.

Voltamos da unidade discutindo como enfrentar aquela situação. Poucos dias depois reorganizamos parte das atividades da equipe para retornar ao presídio e acompanhar diretamente o preenchimento das inscrições. Uma bolsista de apoio técnico da professora Karina Biondi, interna da UPFEM, que já mantinha vínculos com diversas internas, comprometeu-se a auxiliar na coleta da documentação necessária e a acompanhar a tramitação dos formulários junto ao setor pedagógico.

Ao longo das semanas seguintes tornou-se evidente que a implementação do programa dependeria menos da abertura de vagas do que da construção de sucessivas

mediações. Cada documento localizado, cada certificado recuperado, cada formulário preenchido representava um pequeno deslocamento na direção da efetivação de um direito formalmente garantido, mas praticamente inacessível sem esse trabalho cotidiano.

Foi nesse processo que comecei a perceber uma característica recorrente do PROPPL. A universidade não chegava pronta à prisão. Ela precisava aprender novas formas de funcionar.

Acostumada a pressupor estudantes capazes de acessar a internet, imprimir documentos, deslocar-se até os setores administrativos e acompanhar regularmente as publicações institucionais, a universidade encontrava agora um público cujas possibilidades de ação eram profundamente condicionadas pela dinâmica prisional. As rotinas administrativas que, em outros processos seletivos, pareciam naturais, precisavam ser completamente reinventadas.

Mais do que adaptar procedimentos, tratava-se de reconhecer que o acesso ao ensino superior não se produzia automaticamente pela existência de vagas. Ele precisava ser construído por meio de um trabalho coletivo de tradução entre diferentes instituições, temporalidades e formas de organização da vida cotidiana.

Essa constatação tornou-se ainda mais evidente quando a equipe decidiu ampliar a divulgação para além dos muros da prisão.

### **Quando a prisão ultrapassa seus muros**

Nas semanas que antecederam o encerramento das inscrições, a equipe percebeu que os canais institucionais de divulgação haviam alcançado apenas parte do público que pretendíamos atingir. As redes sociais da universidade circulavam principalmente entre pessoas que já mantinham alguma relação com o ensino superior. Grande parte dos potenciais candidatos permanecia distante desses circuitos de informação. Era preciso procurar outras formas de encontro.

Foi então que passamos a ocupar a entrada do Complexo Penitenciário de São Luís durante os horários de visita.

A rotina rapidamente se estabeleceu. Aos sábados chegávamos no início da tarde. Aos domingos, pouco antes da abertura dos portões. Levávamos panfletos, cópias do edital e formulários com orientações sobre o processo seletivo. Aos poucos, aquele espaço começou a adquirir outro significado para nós.

Enquanto familiares organizavam os alimentos que levariam aos parentes presos, aproximávamo-nos para conversar. Muitas pessoas aceitavam o material imaginando tratar-se de algum serviço jurídico ou de assistência social. Outras perguntavam imediatamente qual igreja representávamos. A presença de grupos religiosos distribuindo mensagens e realizando orações fazia parte da paisagem daquele lugar; a presença da universidade ainda parecia improvável.

Quando dizíamos que pertencíamos à Universidade Estadual do Maranhão, a conversa quase sempre começava da mesma maneira.

— A universidade é de graça?

A pergunta aparecia tantas vezes que deixou de soar apenas como uma dúvida sobre mensalidades. Ela revelava a distância histórica entre a universidade pública e aquelas famílias. Para muitas pessoas, a possibilidade de cursar uma graduação nunca havia figurado como horizonte concreto. Antes mesmo de compreenderem o funcionamento do programa, precisavam descobrir que a universidade lhes era um espaço potencialmente acessível.

Logo surgiam outras perguntas.

— *Quem já saiu da cadeia também pode estudar?*

— *Meu filho ainda está preso. Como faço para inscrevê-lo?*

— *Precisa fazer prova?*

— *E se ele não tiver os documentos?*

As conversas raramente terminavam com a entrega de um panfleto. Muitos familiares permaneciam ao nosso lado durante vários minutos relatando trajetórias interrompidas pelo encarceramento, dificuldades para concluir a escolarização, expectativas em relação ao retorno dos filhos e companheiros após o cumprimento da pena. Em diversos momentos

percebíamos que o edital funcionava como pretexto para narrativas muito mais amplas sobre trabalho, pobreza, violência e futuro.

Pouco a pouco, a porta da prisão deixava de ser apenas um espaço de passagem. Tornava-se um lugar de produção de vínculos entre universidade e pessoas que, até então, permaneciam praticamente invisíveis para ela.

Foi também ali que comecei a perceber que as fronteiras da prisão não coincidiam com seus muros. Em vez de tomar a prisão como uma instituição fechada sobre si mesma, a experiência etnográfica permitiu observá-la como um campo de relações em permanente produção. Nessa direção, dialogo com Karina Biondi (2018), para quem os efeitos do encarceramento extrapolam os limites arquitetônicos das unidades prisionais e se produzem nas conexões, deslocamentos e mediações que articulam diferentes sujeitos e instituições.

O encarceramento produzia efeitos muito além das galerias e celas. Ele organizava deslocamentos familiares, condicionava rotinas de trabalho, alterava trajetórias escolares, redefinia relações com instituições públicas e atravessava projetos de vida. Da mesma forma, a universidade também deixava de existir apenas em seus campi quando passava a ocupar aquele espaço de espera, escuta e circulação de informações.

A implementação do PROPPL deslocava simultaneamente as fronteiras de ambas as instituições.

Esse deslocamento tornou-se ainda mais evidente após a divulgação do resultado do processo seletivo.

Acostumada aos procedimentos ordinários de ingresso na graduação, a universidade partia do pressuposto de que bastaria publicar a lista de aprovados em seu portal eletrônico para que os estudantes comparecessem à matrícula. Rapidamente percebemos que esse procedimento não fazia sentido naquele contexto.

Grande parte dos candidatos não acompanhava regularmente os canais institucionais da universidade. Alguns sequer possuíam acesso permanente à internet. No caso das mulheres privadas de liberdade, o acesso às informações dependia da mediação dos setores responsáveis pela educação na unidade prisional. Entre os egressos, muitos haviam mudado de endereço ou de número de telefone durante o processo seletivo.

Passamos, então, a telefonar individualmente para cada candidato aprovado.

Essas ligações produziram algumas das cenas mais marcantes de todo o processo.

Diversas pessoas atendiam a chamada acreditando tratar-se de alguma cobrança ou contato institucional relacionado ao sistema de justiça. Quando nos apresentávamos como integrantes da universidade, instalava-se um breve silêncio.

— Universidade?

Em seguida informávamos o motivo da ligação.

— Você foi aprovado no curso de Serviço Social.

A resposta, muitas vezes, era de incredulidade.

Alguns perguntavam se havia alguma outra etapa. Outros diziam que sequer sabiam que o resultado já havia sido divulgado. Houve quem acreditasse tratar-se de um trote. Em diferentes ocasiões precisávamos explicar novamente como havia funcionado o processo seletivo antes de convencer o interlocutor de que realmente havia conquistado uma vaga na universidade.

Essas conversas evidenciavam algo que até então permanecera pouco visível para nós. O ingresso na universidade não terminava com a publicação do resultado. Era preciso produzir, uma a uma, as condições para que cada estudante pudesse reconhecer-se como universitário.

O trabalho da equipe passou, então, a envolver atividades que dificilmente seriam associadas à rotina de uma coordenação de curso. Organizávamos documentos, conversávamos com advogados, esclarecíamos dúvidas de familiares, intermediávamos contatos com unidades prisionais e buscávamos alternativas para situações administrativas que os regulamentos da universidade jamais haviam previsto.

Sem que tivéssemos planejado isso inicialmente, o PROPPL começava a transformar também a própria universidade.

Procedimentos concebidos para estudantes que circulavam livremente pelo campus precisavam ser reinterpretados diante de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema

prisional e sujeitas a decisões judiciais, alvarás de soltura, transferências entre unidades e diferentes restrições de circulação. Questões aparentemente simples — assinatura de documentos, comparecimento presencial, acesso aos sistemas acadêmicos, entrega de materiais — deixavam de ser rotinas administrativas e passavam a exigir negociações permanentes entre universidade, administração penitenciária e Poder Judiciário.

Foi somente acompanhando essas pequenas situações cotidianas que compreendi que o PROPPL não consistia apenas em levar a universidade para dentro da prisão. A própria universidade precisava aprender novas formas de existir para que aqueles estudantes pudessem, de fato, ocupar seus espaços.

### **Considerações finais: quando a universidade aprende a atravessar os muros**

Ao final daqueles fins de semana de panfletagem, voltávamos para casa comentando quase sempre as mesmas perguntas.

*"A universidade é de graça?"*

*"Quem saiu da cadeia também pode estudar?"*

*"Meu filho ainda está preso. Ele pode fazer?"*

Durante muito tempo interpretei essas perguntas como dúvidas sobre o funcionamento do processo seletivo. Apenas meses depois compreendi que elas diziam respeito a algo mais profundo. Antes de perguntarem sobre um curso, aquelas pessoas perguntavam sobre a possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos de um direito que historicamente lhes parecia distante.

Ao acompanhar a implementação do PROPPL, percebi que o acesso ao ensino superior começa muito antes da matrícula. Ele se inicia quando a universidade aceita deslocar-se para lugares onde tradicionalmente nunca esteve; quando passa a construir formas de comunicação com públicos que não acompanham seus editais; quando adapta seus procedimentos administrativos para trajetórias que escapam ao estudante imaginado pelas normas acadêmicas. Mais do que abrir vagas, produzir acesso significou produzir relações.

Essa constatação desloca também a forma como compreendemos a própria prisão. Ao longo do trabalho de campo tornou-se evidente que a prisão não se restringe às muralhas que

delimitam o complexo penitenciário. Assim como sugerem Veena Das e Deborah Poole (2008), as margens não constituem espaços onde o Estado está ausente, mas lugares privilegiados para observar como ele é continuamente produzido por meio de práticas, relações e mediações. A porta da prisão, as secretarias universitárias, os corredores da administração penitenciária, os telefonemas para estudantes aprovados e as negociações em torno de documentos revelam justamente esse Estado em ação. A prisão aparece na rotina dos familiares que aguardam os dias de visita, nas dificuldades para reunir documentos, nas decisões judiciais que alteram calendários acadêmicos e nas sucessivas traduções necessárias para que o direito ao ensino superior deixe de existir apenas como previsão normativa e passe a constituir uma experiência concreta.

Da mesma forma, a universidade também deixou de caber em seus próprios muros. Ao acompanhar a equipe do programa, percebi que a instituição passou a existir em lugares pouco associados à vida universitária: na porta da prisão, nos corredores da Secretaria de Administração Penitenciária, nas conversas com advogados, nas salas de audiência, nas ligações telefônicas para estudantes aprovados e nas sucessivas tentativas de localizar um documento ou esclarecer um procedimento. A universidade tornou-se, ela própria, um conjunto de deslocamentos.

Talvez seja justamente esse o principal aprendizado produzido pela implementação do PROPPL. Durante muito tempo falamos em levar a universidade para dentro da prisão, como se uma instituição atravessasse os muros da outra mantendo-se intacta. A experiência mostra algo diferente. A universidade não entrou na prisão da mesma forma que existe fora dela. Precisamos aprender novos ritmos, novas linguagens, novos interlocutores e novas formas de organizar o trabalho. Ao mesmo tempo, pessoas privadas de liberdade e egressas deixaram de ocupar apenas a posição de destinatárias de uma política pública para se tornarem agentes capazes de transformar o funcionamento da própria instituição universitária.

Essa experiência permite pensar o PROPPL menos como uma política de inclusão e mais como um processo contínuo de produção de direitos. Direitos, nesse caso, não aparecem como consequências automáticas da existência de leis, resoluções ou editais. Eles são produzidos por meio de encontros, negociações, mediações e traduções entre diferentes instituições e sujeitos. A cada documento recuperado, a cada inscrição concluída, a cada estudante localizado para efetivar sua matrícula, o direito ao ensino superior deixava de existir apenas como previsão normativa para adquirir existência prática.

É nesse sentido que proponho compreender o PROPPL como uma etnografia da construção do acesso. A experiência não revela apenas como a universidade chegou à prisão. Ela mostra, sobretudo, como a prisão obrigou a universidade a reinventar suas próprias formas de existir. Atravessar os muros significou reconhecer que o ensino superior público, quando pensado como direito, não se realiza apenas nos espaços universitários. Ele se produz, cotidianamente, nas relações que tornam possível a presença de novos sujeitos em uma instituição que, durante muito tempo, foi construída sem imaginá-los como parte de seu futuro.

## REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. A melhor prisão do Brasil: gestão de números e vidas na Unidade Penitenciária Feminina de São Luís, Maranhão. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2026.

\_\_\_\_\_. (org.). *Outra visão: entre o cárcere e a universidade*. São Luís: UEMA, 2020.

\_\_\_\_\_. A melhor prisão do Brasil: gestão de números e vidas na Unidade Penitenciária Feminina de São Luís, Maranhão. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2026.

BIONDI, Karina. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, p. 19–52, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). *O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIANNA, Adriana (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.